

## Da memória e do esquecimento: o Instituto Ponte Nova

ESTER FRAGA VILAS-BÔAS CARVALHO DO NASCIMENTO

Doutora em Educação pela PUC de São Paulo e professora da Universidade Tiradentes

### **RESUMO**

Este artigo trata do Instituto Ponte Nova durante as três primeiras décadas de funcionamento. Instituição presbiteriana, fundada na cidade baiana de Wagner, funcionou principalmente como centro irradiador de professoras no *hinterland* brasileiro.

**Palavras-chave:** História da Educação. Instituto Ponte Nova. Memória

### **ABSTRACT**

This article deals with the Instituto Ponte Nova during the three first decades of functioning. Presbiteriana institution, established in the bahian city of Wagner, functioned mainly as irradiador centre of teachers in hinterland Brazilian.

**Key words:** History Education. Instituto Ponte Nova. Memory

A presença de missionários presbiterianos norte-americanos no Nordeste iniciou-se em 1871, na cidade de Salvador. O grupo de missionários foi enviado pela Junta de Missões Estrangeiras, sediada em Nova Iorque. Órgão de difusão religiosa da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos, responsável pela implementação do trabalho evangélico e educacional na Bahia, fora o mesmo que atuara em São Paulo a partir de 1859, organizando, além de igrejas, instituições educacionais, das quais, a que mais se destaca tanto na historiografia educacional brasileira como na historiografia protestante, é o Mackenzie College. (NASCIMENTO, E., 2004)

O Instituto Ponte Nova foi a primeira instituição de ensino rural, organizada pela Missão Central do Brasil, vinculada à Junta de Nova Iorque. Fundada em 1906, na cidade baiana de Wagner, a escola funcionou principalmente como pólo irradiador de professoras na região sob a jurisdição da Missão, as quais seriam instrumentos de “civilização” dos sertões através das escolas dirigidas por elas. A escola legitimou novas concepções no campo da educação, articuladas a estratégias de intervenção no interior brasileiro e de seus habitantes, introduzindo mudanças de comportamento daqueles que seriam seus alunos. (NASCIMENTO, 2005a)

Como apreender uma realidade tão distante e fugidia? Seria possível verificar se seus dirigentes tinham atingido os objetivos propostos? Quais dispositivos utilizados pela instituição para forjar homens e mulheres poderiam ser percebidos através das representações feitas por antigos agentes educativos da escola? Como seus alunos poderiam ter refletido novas concepções de comportamento, atitudes e valores?

Partindo de uma documentação localizada principalmente em arquivos particulares e através de entrevistas realizadas, foi possível verificar alguns modos de controle e regulação das pulsões naturais dos seus alunos. Elementos formadores de determinada conduta foram propostos por aquele modelo de educação, possibilitando a materialização daquele projeto, além de facultar a investigação do controle do tempo, dos hábitos alimentares estabelecidos pela escola, das práticas disciplinares, dos grêmios, das festas.

Além das entrevistas realizadas, um livro autobiográfico e dois manuscritos - um livro de memórias sobre a escola, ainda inédito, e um caderno

de recordações - auxiliaram na reconstituição de fragmentos do cotidiano escolar, possibilitando “a visualização de rostos e a escuta de vozes de parcelas da população muitas vezes consideradas de maneira homogênea e que, embora expressem uma época, um pertencimento social, de gênero, de etnia, de origem (rural ou urbana), são compostas de indivíduos singulares”. (LOPES E GALVÃO, 2001: 90)

O conceito de representação, compreendido por CHARTIER (1990) como discursos que apreendem e estruturam o mundo, possibilita apreender a relação entre os discursos e as práticas, as formas pelas quais ex-alunos se apropriaram da educação recebida e que usos fizeram, isto é, a maneira pela qual os indivíduos reinterpretem e utilizam-se de modelos culturais postos em circulação num determinado momento. Os projetos, discursos e modelos pedagógicos materializaram-se naquela instituição através da ritualização de comportamentos, intercâmbio de experiências, configuração de formas de pensar, sentir e agir, produzindo uma identidade escolar distinta de outras instituições sociais.

Indagar os usos que aqueles agentes fizeram de um modo escolar de transmissão da cultura implica em verificar, além da “materialidade dos dispositivos de imposição”, a imagem que construíram de si mesmos, de outros agentes, da escola, com base em livros escolares, cadernos, mobiliário, materiais didáticos, programas, regulamentos, dentre outros objetos que possam integrar esse cenário. (CARVALHO, 1997: 12)

O caderno de recordações é tomado nesta pesquisa como espaço de sociabilidade, no qual ex-colegas deixam mensagens cifradas de amor, de otimismo, de reafirmação de uma amizade. [1] Provavelmente escrito em 1921, o caderno da aluna Mary Regis foi-me disponibilizado por Nelson dos Santos Galvão, seu primo. É composto por 80 páginas, numeradas na parte superior direita. A maioria das poesias escritas é de autoria dos próprios colegas; outras são transcrições sem, no entanto, identificar seu autor. Muitas delas destacam a importância da pátria, exaltando as riquezas naturais do Brasil e sua grandeza territorial. Cidades como o Rio de Janeiro, Belém, Salvador e Fortaleza são descritas como lugares de “raras belezas” as quais tiveram “a glória e a ousadia de remir o cativo”. (REGIS, 1921: 4)

*1 - Este trabalho compreende o caderno de recordações como um objeto particular construído a partir de práticas e de experiências vividas e apresentadas por indivíduos singulares através da escrita.*

O livro de memórias, ainda inédito, foi-me cedido por Belamy Macedo Almeida, personagem vinculada ao Instituto Ponte Nova desde a década de 1930. Nele, a autora – ex-aluna, ex-professora e ex-diretora do Instituto Ponte Nova – reconstitui sua infância, aspectos da constituição urbana, atividades sociais e comerciais, curiosidades da cidade de Wagner e de seus moradores, e o surgimento da igreja presbiteriana na cidade. Analisando seu livro de memórias, como um “espaço de (re)construção do eu individual ou social que recorda, da memória biográfica e a cultural, dos lugares da memória” (VIÑAO FRAGO, 2004: 335) e, conseqüentemente do esquecimento e dos silêncios, é possível apreender a força de um modelo de conduta a se seguir, proposto pela escola, a imagem que deveria ser projetada, olhando para os dirigentes e mestres da instituição.

O livro autobiográfico de Sancha dos Santos Galvão, *Saudosas Memórias: Memórias de Vida de uma Professora Evangélica no Sertão do Brasil* foi publicado postumamente pelo seu filho, Nelson dos Santos Galvão, em 1993. Tomando-se por base o título e verificando o índice, pode-se observar a imbricação existente entre a trajetória de vida da ex-aluna e ex-professora de escolas presbiterianas com a ação missionária presbiteriana na região.

#### INSTITUTO PONTE NOVA, ESPAÇO DE “MODELAÇÃO”

Partindo da construção de um passado recriado, redimensionado por antigos personagens que fizeram parte da história da escola, em distintos momentos, este artigo formula algumas questões: que imagem a escola queria construir de si na sociedade em que estava inserida, através dos seus alunos? Como estes deveriam se apresentar e se portar nos grupos sociais em que estavam inseridos? Como forjar comportamentos sem utilizar a coerção, a força física? Como moldar atitudes morais e valores sem castigos corporais?

A normatização de comportamentos que se queria estabelecer nos alunos fazia-se por uma série de prescrições, como a aparência, as premiações, as notas de aplicação, as solenidades, a obediência aos superiores, a assiduidade, a pontualidade. Os uniformes eram sóbrios, sem modismos, escondendo o corpo dos jovens, combinando com uma postu-

ra digna e discreta. As professoras também deveriam ser recatadas em sua vida privada. Ensinava-se um modo adequado de falar, escrever, se portar e comportar, as formas apropriadas de olhar, gesticular, caminhar e sentar. [2]

A ex-aluna Belamy Macedo Almeida exemplifica esse processo quando apresenta Dalila do Carmo Costa, professora da instituição desde a década de 1910, como possuidora das qualidades de uma professora exemplar: dedicada, responsável, competente, esforçada, pontual. “Era muito severa, não tolerava brincadeiras e risos fora de hora”. Em outro momento, demonstrava a representação que possuía sobre sua ex-professora, afirmando que ela fora “o modelo de professora da época, considerando essas qualidades: dedicação, responsabilidade, competência, esforço, pontualidade”. (ALMEIDA, 2004)

Dalila do Carmo Costa formou-se em 1914, dedicando-se a lecionar Português, Literatura Nacional e Educação Moral e Cívica na instituição. Segundo Almeida (2004), era uma professora “exigente no uso correto das regras gramaticais” e “esforçava-se para que todos aprendessem o vernáculo”. Corrigia todos os cadernos dos alunos e, no dia seguinte, chamava cada um para orientar. Os valores morais e éticos defendidos pela escola estavam presentes nos exercícios de caligrafia aplicados pela professora: “uma ovelha má põe o rebanho a perder”; “a mentira tem pernas curtas”; “dize-me com quem andas e direi quem és”. [3]

Outra ex-aluna da instituição, durante a década de 1930, Olda do Prado Dantas, demonstra também em seu depoimento o reflexo da educação recebida na formação do seu caráter, moldado também pela maneira como seus antigos professores se portavam, ensinavam, vistos por ela como pessoas desprendidas, desapegadas às coisas materiais, terrenas:

O ensino ali era ministrado por professores capacitados, compostos de brasileiros e americanos, que exerciam o cargo com amor e dedicação. Haja vista, a consagração dos americanos que deixavam a sua pátria, a sua parentela para virem ao

2 - Para a instituição, as práticas normativas constituíam um conjunto de critérios que permitiam àqueles jovens “se auto-examinarem e julgarem suas próprias condutas” (LOURO, 1997: 461).

3 - Dentre os livros didáticos adotados, utilizava os de autoria do professor e pastor presbiteriano Erasmo Braga (ALMEIDA, 2004).

Brasil, preparar alunos intelectualmente e espiritualmente, pois criam num Deus soberano e que está no controle de todas as coisas. (DANTAS, 2004)

4 - Termo utilizado por Jorge Nascimento, para referir-se à análise da regulação dos comportamentos dos alunos procurando compreender "os mecanismos utilizados para a aprendizagem do autocontrole dos instintos, de modo a superar o exercício da violência física direta" (NASCIMENTO, J., 2004: 191).

O Instituto Ponte Nova apresentava-se com o objetivo formar cidadãos educados e tementes a Deus, livres e amantes da liberdade. Mas, como conciliar o princípio de liberdade com as práticas disciplinares? [4] Como conceder ao aluno a liberdade necessária para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ao mesmo tempo regular seus comportamentos? A concepção de disciplina para a escola era aquela que educava e reprovava a desordem sem, no entanto, ver nos castigos corporais e na punição a solução para os problemas comportamentais. À liberdade oferecida ao aluno exigia-se obediência às regras estabelecidas pela instituição, o respeito mútuo, o cumprimento rigoroso do dever, ensinando-o a conhecer os seus direitos e dessa maneira, saber se auto-governar. A ordem e a disciplina eram requisitos e constitutivos da racionalidade didático-pedagógica, condições para realizar o ensino e os meios para alcançar as finalidades de civilizar e moralizar. Seriam obtidas mais facilmente se fosse criado um sentimento de obediência e respeito à vontade dos dirigentes do que através do castigo.

No ambiente escolar, o gosto pela ordem contribuía para o desenvolvimento de hábitos de estudo, o equilíbrio emocional e a concentração nas tarefas escolares, colaborando para um aprendizado bem sucedido. A ordem hierárquica demonstrava a importância em se obedecer aos superiores e às normas estabelecidas para a boa condução da vida escolar em grupo, minimizando os conflitos e procurando solucionar os casos de indisciplinas.

No Instituto Ponte Nova, apesar do seu rígido regulamento, suas normas proibiam os castigos corporais para a correção do comportamento do aluno. A professora recebia a determinação que, ao invés de castigar, deveria desenvolver suas boas tendências, ao invés de reprimir as más. A tendência à desobediência deveria ser combatida através de "atrações e interesses do que por castigos e ralhos". Nunca deveria se castigar com espírito de vingança, pois este, quando preciso, seria "certo e apropriado, sem ameaças". A escola "não era lugar para palmatória". Era

determinado também que, “em cousas menores, os olhos podem muito mais que a língua”, e o professor “nunca deveria usar de engano”. (CÉSAR, 1914)

A professora deveria observar o comportamento dos alunos quanto “a atos imorais e não deixar sentimentos de pudor impedir a sua repressão ou sendo preciso levar os fatos ao conhecimento dos pais”. Se um aluno na escola fosse desobediente em qualquer sentido, “de sorte que depois de empregar todos os meios a professora não vê senão o mau efeito da sua influência sobre outros”, ela deveria comunicar ao diretor da escola que este determinaria a retirada do aluno. Nas escolas paroquiais, primárias, a prescrição era a mesma e, se o aluno problemático não fosse expulso, o superintendente das escolas da Missão retiraria a professora da instituição “sem ela perder prestígio por esta causa” (idem).

Alguns documentos analisados registraram que as práticas disciplinares funcionavam bem para aquelas crianças que não gostavam de regras e limites. Ser aplicado era uma exigência que se fazia aos alunos. Para estimular o empenho do aluno e sua dedicação aos estudos, eram utilizados mecanismos como a premiação, inclusive na forma de bolsas de estudo, concedidas aos primeiros colocados.

As opiniões a respeito da escola são uma importante ferramenta que auxilia na compreensão do funcionamento da instituição, e de como ela é vista pela sociedade na qual está situada. Procurar entendê-la a partir de algumas práticas dos seus agentes, “apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano”, (CARVALHO, 1998: 32) de modo a distinguir alguns dos procedimentos disciplinadores ali praticados. As práticas escravistas ainda estavam presentes na sociedade baiana no início do século XX e o preconceito contra uma instituição educativa onde o aluno trabalhava era grande, como ficou evidenciado na observação de um morador local: “trabalho manual ou culinário era coisa de labéu”. O menino indisciplinado ouvia uma ameaça: “mando-te para Ponte Nova! É o infeliz continha-se alarmado porque o conceito era que o Colégio era uma espécie de detenção para amansar meninos bravos”. (FERREIRA, 1992, v. 2: 94)

O castigo corporal não era utilizado, mas as ações dos alunos eram permanentemente fiscalizadas, monitoradas e suas atitudes, controladas.

Nos internatos, os castigos para as faltas “comuns” consistiam em não ir à rua no único sábado que podiam sair durante o mês; ficar de castigo no escritório do/a diretor/a; receber reprimendas; escrever sentenças; escrever para os pais relatando o ocorrido e o castigo recebido. Aquele que ficava reprovado ia para o “quadro de luto” e se fosse interno, perdia o direito de fazer esportes, a não ser as aulas de educação física; se fosse externo, tinha algumas limitações. A sala mal comportada era “presenteada” com uma prova surpresa, pois o lema era “lição dada, lição cobrada”. (ALMEIDA, inédito)

Para Belamy Almeida (*idem*), as prescrições marcaram indelevelmente seu caráter. Anos depois, ela afirmava que nos tempos atuais existe uma “libertinagem” entre as crianças e os adolescentes que “parece não haver remédio”. No entanto, em seu registro também é possível perceber que nem todos os pais concordavam com a rigidez das normas da instituição, mas enviavam seus filhos, provavelmente por ser a escola mais próxima de suas residências, ou pela oportunidade deles obterem uma formação profissional.

O uniforme também era um mecanismo de controle disciplinar. Os alunos aprendiam que representavam o colégio onde estivessem. Isso podia ser observado na determinação do uso da farda e no controle da direção com as atitudes dos alunos fora dos muros da escola. Nenhum aluno poderia transpor o portão da escola sem estar devidamente fardado para assistir às aulas. Como também em todas as reuniões de caráter escolar – festas cívicas, reuniões dos grêmios, apresentações do canto orfeônico –, as idas à Igreja, à reunião da mocidade, ao hospital, à praça, chás, almoço. Os únicos momentos em que ele era proibido eram os seguintes: para qualquer natureza de trabalho, com exceção do serviço de mesa ao meio-dia, quando as meninas deverão usar aventais; em piqueniques e brinquedos. (*ibidem*)

Dentre as exigências que se fazia para quem quisesse permanecer no estabelecimento, era a proibição de qualquer tipo de comportamento rejeitado socialmente, principalmente quando o aluno estivesse trajando o uniforme da escola. Os internos que brigavam na rua eram castigados. Os alunos saíam fardados de férias. Segundo a professora

Belamy Almeida, certa ocasião, um grupo, voltando das férias, brigou na rua, “sujando o nome do colégio”, sofrendo os castigos de não poder jogar e nem ser liberado no fim de semana para passear nas ruas da cidade. (ALMEIDA, 2004)

A discricção para a normalista também estava normatizada, sendo “expressamente proibido a aluna usar pintura, broches, pulseiras, brincos à fantasia, fitas e ramos nos cabelos etc”. (INSTITUTO PONTE NOVA, 1920) Nos primeiros anos de funcionamento da escola, sua farda era composta de uma blusa branca, com uma gravata azul marinho, saia de casimira azul marinho de pregas, meia branca e sapato preto. A saia, na altura do tornozelo, coberto pela meia, e a blusa, de mangas compridas e gravata que fechava seu decote, resguardava o corpo feminino de olhares sensuais e lascivos. As únicas partes do corpo que ficavam à mostra eram as mãos e o rosto, que deveria ser apresentado sempre limpo, com os cabelos geralmente presos e arrumados. Nas aulas de educação física a moça usava uma calça larga, com elástico nas pernas e na cintura, com a camisa branca, tênis e meias brancas. O uniforme dos rapazes era composto por um blusão cáqui de manga comprida, com o distintivo da escola, camisa branca de colarinho com gravata azul marinho, calça cáqui, meias brancas e sapatos pretos.

Os missionários norte-americanos também instituíram novos hábitos alimentares na rotina escolar, adequando-os, posteriormente, às condições locais. A criação de uma horta e pomar, à margem do rio, além de pasto, aviário e pocilga, permitiu à escola se abastecer de frutas, verduras e carnes, oferecendo uma alimentação mais diversificada e rica. Os espaços agrícolas eram cuidados pelos alunos, sob a direção do missionário que administrava a fazenda, enquanto que as moças cuidavam da manipulação dos alimentos.

O Instituto Ponte Nova desde a sua fundação estabelecera uma série de prescrições em relação ao tempo, controlando o cotidiano dos jovens alunos. O controle do tempo através de atividades era constante, possuindo uma função reguladora de atitudes e modeladora do comportamento. O processo de escolarização da instituição visava a inculcar no indivíduo preceitos religiosos, a auto-disciplina, uma “consciência mo-

ral”, moldando a estrutura de sua personalidade.

Os movimentos e ações dos alunos deveriam estar delimitados nos espaços e tempos regulados e reguladores. Todos deveriam estar sempre ocupados, envolvidos em atividades produtivas. Professores e alunos necessitavam apreender um ritmo próprio do colégio e, como um fato cultural, precisava ser aprendido e interiorizado. Os quadros de horário, os relógios e as campas foram incorporados ao cotidiano do aluno. Um conjunto de símbolos, normas, rituais e doutrinas foi mobilizado para produzir um determinado indivíduo. O tempo escolar estava vinculado a um tempo religioso. A rotina diária e escolar era fixada por atividades religiosas. O dia começava com um culto denominado “doméstico”, antes do café da manhã e o mesmo ocorria no horário do almoço e do jantar. Antes da refeição ser servida, todos ficavam em pé, enquanto era feito um rápido culto – leitura de um trecho bíblico, cântico e uma oração, em agradecimento pela refeição. (GALVÃO, 1993: 53)

Denominado de “hora cívica”, na sala de aula, o culto marcava o início da primeira aula do dia e a que se seguia após o recreio. Recitavam-se trechos bíblicos, orava-se e cantava-se hinos religiosos e pátrios. A fixação temporal da jornada escolar estabelecia cadências, intervalos, descansos. E isso implicava na fragmentação do saber em matérias, unidades, lições e exercícios.

O tempo escolar também era um tempo de trabalho. Do momento em que o aluno se acordava até a hora de dormir, o corpo e a mente deveriam estar ocupados com o estudo e com o trabalho. Diariamente eram consumidas duas a três horas com trabalhos. Enquanto as moças eram responsáveis pela limpeza do internato, da culinária, e da lavagem de suas próprias roupas, os rapazes cuidavam da limpeza do internato, dos arredores, da horta, das roças de laranja, abacaxi, banana, mandioca, feijão e arroz, movimentavam o engenho, onde produziam mel e rapadura, pilavam café e milho, cortavam a grama, limpavam a mata, cortavam lenha, ajardinavam, consertavam as estradas e as cercas que davam acesso à escola. Além disso, eram reservadas duas horas por semana para o trabalho manual na carpintaria para fazerem móveis e auxiliarem o professor/carpinteiro. Todos eles recebiam treinamento agrícola.

Qual o critério para se estabelecer a duração dos trabalhos escolares? Era necessário fazer interrupções freqüentes e intercaladas entre trabalho e descanso, atividade e recreio. O pressuposto de que algumas matérias exigiam maior gasto de energia cerebral e, conseqüentemente, deveriam ocupar o início do tempo escolar enquanto as outras disciplinas mais amenas seriam ministradas nos períodos subseqüentes. Diariamente, eram consumidas de seis a sete horas para o estudo. Pela manhã os alunos tinham três aulas, que duravam 45 minutos cada e quando tocava a campã passava-se para outra. Depois da terceira aula, durante 30 minutos ocorria o recreio, que também era dirigido. O professor programava atividades - pular corda, brincar de bastão - ocupando o tempo do aluno. Após o recreio, todos voltavam para as salas e ficavam de cabeça abaixada durante alguns minutos, repousando, e realizavam outro culto, quando cantavam, ouviam um trecho da Bíblia e oravam.

Em seguida, vinham as aulas "mais leves", de Trabalhos Manuais. Das 14 às 15:30, os alunos retornavam às aulas. Entre uma aula e outra, deveriam "descansar" do trabalho mental, mas executariam "pequenos trabalhos: distribuição de cadernos, limpeza do quadro etc. Estas atividades não foram incluídas no horário porque ocupavam apenas alguns segundos que eram suficientes para descansar, (...)". (INSTITUTO PONTE NOVA, 1934) A partir das 19 horas, começava a banca, a qual o aluno mais adiantado "chefeava" uma mesa. Às 21 horas, a campã soava e todos se recolhiam para os seus dormitórios. (ALMEIDA, inédito)

Os alunos do Instituto Ponte Nova eram avaliados diariamente e, no final de cada mês, o aluno recebia em cada matéria e em Aplicação e Comportamento, um conceito que variava de ótimo a ruim. A professora observava sua participação nas lições de classe ou de casa, nas atividades extra-classe, a freqüência e os atrasos às aulas, além do comportamento. Ao término dos semestres, em julho e em dezembro, calculava-se a média das notas mensais de cada matéria, inclusive das de Aplicação e de Comportamento, atribuindo-lhe um conceito.

Segundo Belamy ALMEIDA (inédito), durante o período letivo, a escola mantinha várias atividades culturais através dos grêmios escolares, como as festas cívicas, religiosas e de formatura, os quais corporificaram

e divulgaram símbolos, valores religiosos, morais e cívicos, constituindo-se momentos especiais na vida da instituição pelos quais ganhava mais visibilidade social.

Provavelmente, durante a década de 1920, o Instituto Ponte Nova organizou os grêmios Hércules e Fênix. Cada um, coordenado pelos professores, possuía sua diretoria, símbolo e bandeira. A entrada para um dos grêmios marcava a vida escolar dos rapazes e das moças. Era um ritual de passagem. Quando o aluno encerrava o primário, tirava um bilhete que indicava a qual grêmio ele se vincularia durante todo o período do curso secundário. Cada grêmio possuía vários departamentos: cívico, espiritual, intelectual, artístico e esportivo, dirigido por um professor, denominado de conselheiro. (ALMEIDA, 2004)

Nas instituições educacionais da Missão Central do Brasil muitas das festas organizadas expressavam um discurso pautado na solidificação do ideário religioso e civilizatório. Assim, as comemorações funcionavam como janelas abertas de suas escolas nas comunidades em que estavam inseridas. Elas demonstravam, de forma peculiar, a qualificação da escola presbiteriana norte-americana concebida como símbolo pedagógico a ser seguido.

Com múltiplos significados, as festas escolares formavam um conjunto de práticas que as tornariam tradicionais. Interpretar essas práticas é compreender um conjunto de procedimentos sistematicamente ritualizados que deram legitimidade à função social da escola, a exemplo das saudações, aberturas das aulas, discursos com floreios e crudição elogiando a instituição e os profissionais que compunham o quadro administrativo e pedagógico. Assim como as apresentações musicais, as poesias e textos literários, recitados e lidos pelas alunas.

As comemorações cívicas, enfatizadas também pelo regulamento de ensino estadual baiano, implementado em 1924, e instituídos como festividades obrigatórias, já era uma prática corrente nas instituições educacionais presbiterianas, visando a disciplinar e modelar no aluno, o futuro cidadão amante da pátria e dos seus símbolos. O cortejo cívico era um momento de publicidade de um conjunto de valores projetados pela instituição, buscando forjar uma unidade social e incitando os espectadores a se unirem a ela.

O Instituto Ponte Nova organizava festas escolares e desfiles nas datas cívicas, comemorações, muitas vezes feitas em conjunto com as escolas públicas. A organização das festas era responsabilidade dos professores e dos funcionários administrativos, juntamente com os alunos dos grêmios. A escola tinha dois grandes desfiles durante o ano. O primeiro ocorria no dia do aniversário do Colégio, 12 de agosto, e o outro, em 7 de setembro.

Dentro do cronograma dos feriados oficiais brasileiros, alguns eram comemorados no Instituto Ponte Nova como a Publicação da Constituição (24 de fevereiro de 1891), o enforcamento de Tiradentes (21 de abril de 1788), o Descobrimento do Brasil (22 de abril de 1500) e a Abolição (13 de maio de 1888). Além desses, comemoravam a Fraternidade dos Povos (14 de julho de 1789), a Independência de Brasil (7 de setembro de 1822), a Descoberta da América (12 de outubro de 1492), a Proclamação da República (15 de novembro de 1889).

Algumas festas ocorriam no interior do Instituto Ponte Nova, oportunizando a comunidade local a entrar no espaço escolar. No salão nobre do internato feminino, os melhores números eram selecionados para serem apresentados aos pais e visitantes na festa de encerramento do ano letivo. Outras eram realizadas no salão da igreja presbiteriana local, fora dos domínios escolares, também abertas ao público local, onde o espaço religioso funcionava de palco para celebrações educacionais.

Até o ano de 1964, quando foi inaugurado o Auditório James Wright, as festas de formatura do magistério, dentre outras celebrações religiosas, também eram realizadas dentro da própria igreja, funcionando como uma maneira de levar as famílias dos alunos para o espaço sagrado. A distribuição espacial dos alunos também seguia uma norma. À esquerda, sentavam-se nos bancos da frente, as alunas internas e a diretora do internato. Já os alunos internos e o diretor da escola, nos primeiros bancos, à direita; após estes, as alunas do curso de enfermagem. Posteriormente, sentavam-se as famílias dos alunos, os membros da igreja e os visitantes. Na ocasião, também eram apresentados números vocais do coral formado pelos alunos da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao enveredar pela historiografia sobre a ação protestante norte-americana na Bahia, na área educacional, procurando a presença do Instituto Ponte Nova, fui surpreendida pelo esquecimento ao qual foi relegado. A bibliografia brasileira que trata da ação presbiteriana norte-americana no Brasil é razoavelmente farta. Porém, a maioria dos trabalhos se reporta às regiões Sudeste e Sul, principalmente ao Estado de São Paulo, obliterando sua presença em outras áreas do país, sendo necessário investigar mais profundamente sua ação no Nordeste, a partir de meados do século XIX. À exceção de FERREIRA (1992), MATOS (2004) e Ester NASCIMENTO (2004), a historiografia educacional e presbiteriana brasileira quando trata da ação missionária norte-americana no país, pouco se refere à atuação da Missão Central do Brasil no *hinterland* brasileiro. Isto talvez tenha ocorrido pela dificuldade de localização de sua documentação, tanto nas instituições protestantes quanto em arquivos públicos. Outro motivo para o Instituto Ponte Nova ter sido deixado de lado, e que deve ser considerado, foi o lugar ocupado durante muito tempo pelas instituições educacionais protestantes na literatura produzida no campo da história da educação.

Dentre os cem anos (1871-1971) que a Missão Central atuou no *hinterland* brasileiro, os missionários vinculados à Missão Central do Brasil, partindo da Bahia, organizaram igrejas, escolas e hospitais na área sob sua jurisdição. (CENTRAL BRAZIL MISSION, 1912, 1938) O Instituto Ponte Nova, instituição de ensino primário e secundário rural, ofereceu inicialmente o curso complementar normal, um curso preparatório de pastores, e, anos depois, auxiliar de enfermagem e técnico agrícola. Após a saída da Missão, o Instituto Ponte Nova foi nacionalizado e integrado à rede pública educacional da Bahia. Os cursos de técnico agrícola e de auxiliar de enfermagem foram oferecidos até 1999, e o normal continua funcionando até os dias atuais. (NASCIMENTO, 2005b)

Levando em consideração que é possível “conjecturar o invisível a partir do visível, do rastro”, (GINZBURG, 1989: 57) as ações educacionais do Instituto Ponte Nova, deixadas à margem da historiografia educacional brasileira, revelam disputas e tensões entre grupos que tinham projetos distintos propostos para aquela sociedade. Pode-se inferir que o fato daquela instituição ser presbiteriana num Estado que estivera sob a ação católica durante

séculos, provocou reações por aqueles que não viam com bons olhos a presença de outro grupo religioso.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Belamy M. de. "Memórias do IPN". Inédito.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. "Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930)". In: *Caderno Pesquisa*. n.º 66, ago/1988. São Paulo: Editora da USP, 1988, p. 4-11.

\_\_\_\_\_. "História da Educação: notas em torno de uma questão de fronteiras". In: *Educação em Revista*, n.º 26, Dez/1997. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1997, p. 5-13.

CÉSAR, Lydia Pereira. "Caderno de pontos da profa. Lydia Pereira César". Salinas: Acervo particular de Noeme Galvão, 1914.

CENTRAL BRAZIL MISSION. "Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912." Vitória: Arquivo particular de James Wright, 1912.

CENTRAL BRAZIL MISSION. "Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1904-1938." Vitória: Arquivo particular de James Wright, 1938.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1999.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

FERREIRA, Júlio A. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. V. 2. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

GALVÃO, Sancha. *Saudosas Memórias - Memórias da Vida de uma Professora Evangélica no Sertão*. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Swedenborg Ltda, 1993.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INSTITUTO PONTE NOVA. "Instruções para os alunos sobre o uso da farda". Wagner: Arquivo do Instituto Ponte Nova, 1920.

INSTITUTO PONTE NOVA. "Horário, 1934". Wagner: Arquivo do Institu-

to Ponte Nova, 1934.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira. "Mulheres na sala de aula". In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 443-481.

MATOS, Alderi Souza de. *Os Pioneiros Presbiterianos no Brasil (1859-1900): Missionários, Pastores e Leigos do Século 19*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

NASCIMENTO, Ester F. Vilas-Bôas C. do. "Educar, curar, salvar. Uma ilha de civilização no Brasil Tropical". São Paulo: PUC/EHPS. Tese de Doutorado. 2005a.

\_\_\_\_\_. "Os missionários da educação e o Instituto Ponte Nova". *Revista Lusófona de Educação*. 1ª semestre de 2005, nº 5. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2005b, p. 111-126.

\_\_\_\_\_. *A Escola Americana: Origens da Educação Protestante em Sergipe (1886-1913)*. São Cristóvão: Grupo de Estudos em História da Educação/NPGED/UFS, 2004.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: 80 anos de Ensino Agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Catavento, 2004.

REGIS, Mary. *Caderno de Recordações*. Rio de Janeiro: Acervo particular de Nelson dos Santos Galvão, 1921.

VIÑAO FRAGO, Antonio. "Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres". In: MENEZES, Maria Cristina. *Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004, pp. 333-373.

### **ENTREVISTAS**

ALMEIDA, Belamy Macedo de. Entrevista concedida a autora em 20 de agosto de 2004. Salvador-BA.

DANTAS, Olda. Depoimento escrito em dezembro de 2004. Simão Dias-SE.